



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

### COMISSÃO PERMANENTE

#### ACTA DA REUNIÃO DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes  
Carlos Cardoso Lage

**SUMÁRIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 40 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta do expediente.

Os Srs. Deputados Jorge Sampaio e Lopes Cardoso (PS) e Carlos Brito (PCP) pediram esclarecimentos ao Sr. Presidente (Vítor Crespo) acerca de notícias vindas a público quanto à deslocação de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor Leste, aos quais este respondeu.

O Sr. Deputado Eduardo Pereira (PS) abordou a grave situação que resultou dos fogos florestais que devastaram este Verão extensas áreas do País, reclamando medidas para esta situação. Respondeu, depois, a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Soares da Costa (PSD).

O Sr. Deputado Carlos Brito (PCP) saudou a próxima visita a Portugal do Presidente da República Popular de Angola, Eduardo dos Santos, tendo ainda criticado posições do Governo relativas à questão de Timor Leste. No final, respondeu a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Montalvão Machado (PSD).

O Sr. Deputado Jorge Lacão (PS) congratulou-se com a criação e a tomada de posse das estruturas directivas da Associação dos Municípios da Zona da Lezíria Ribatejana.

O Sr. Deputado João Amaral (PCP) criticou vários aspectos da política do Governo relativos ao sistema prisional, à situação na Siderurgia e na QUIMIGAL, à venda de três graneleiros pela SETENAVE e sobre o concurso da concessão da exploração do terminal do carvão de Sines.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos (Os Verdes), a propósito da comemoração no próximo dia 1 de Outubro do Dia Mundial da Água, abordou a política relativa à gestão dos nossos recursos aquícolas, tendo respondido no final a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Mendes Bota (PSD).

O Sr. Deputado Narana Coissoró (CDS) realçou a importância da concretização do apoio da Assembleia da República à candidatura do Dr. Vítor Sá Machado a director-geral da UNESCO.

O Sr. Deputado Correia Afonso (PSD) referiu-se à necessidade de a Assembleia da República decidir a constituição de uma comissão eventual para acompanhamento da situação de Timor Leste com a devida oportunidade e ponderação, tendo depois respondido a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Carlos Brito (PCP).

O Sr. Deputado Lopes Cardoso (PS), abordando ainda a questão de Timor Leste, deu o seu acordo à proposta do PCP relativa à cons-

tituição de uma deputação para acompanhar o problema até à constituição da comissão eventual. No final respondeu a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Correia Afonso (PSD).

**Ordem do dia.** — Foi aprovado um relatório e parecer da sub-comissão da Comissão Permanente sobre a substituição de deputados do PSD, do PS e CDS.

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 17 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Vítor Pereira Crespo.  
José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
Mário Júlio Montalvão Machado.  
Fernando José Russo R. Garcia Afonso.  
Rui Alberto Limpo Salvada.  
Manuel José Dias Soares Costa.  
José Mendes Bota.  
Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
Joaquim Maria Fernandes Marques.  
Fernando Dias de Carvalho Conceição.  
José Júlio Vieira Mesquita.  
Miguel Bento M. da Costa de M. e Silva.  
João Domingos de Abreu Salgado.  
Guido Orlando Freitas Rodrigues.  
Manuel Maria Moreira.  
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
Carlos Manuel de Sousa Encarnação.  
Jorge Fernando Branco de Sampaio.  
António Poppe Lopes Cardoso.

Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Jorge Lacão Costa.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 João António Gonçalves do Amaral.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

## ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Pedia aos grupos parlamentares que integram a Mesa o favor de indicarem os seus representantes a fim de secretariarem a presente reunião.

Vai proceder-se à leitura do expediente.

*Deu-se conta do seguinte:*

### Expediente

#### Cartas

De Renato Lima Martins Pereira, residente em Odivelas, solicitando providências para que aos deficientes auditivos seja concedida a isenção de taxas da RDP e RTP.

De Eurico João de Sousa Neves, residente na Amadora, denunciando uma irregularidade cometida na Escola Secundária da Brandoa que o prejudicou material e profissionalmente, solicitando que lhe seja prestada justiça.

Da administração do condomínio da Rua de André de Gouveia, lote 1643, em Lisboa, capeando um abaixo-assinado de moradores da freguesia do Lumiar protestando quanto à prevista instalação da lixeira de Vale do Forno.

#### Ofícios

Da Câmara Municipal de Alcochete, remetendo fotocópia de uma moção aprovada em reunião efectuada no dia 19 do passado mês, protestando pela ampliação do Campo de Tiro de Alcochete.

Da Câmara Municipal de Beja, informando da posição assumida naquele concelho quanto a armas nucleares, manifestando preocupações pelo anúncio da transferência para aquela cidade de caças-bombardeiros F-16 e solicitando informações sobre a viabilização de tal eventualidade.

Da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, manifestando preocupações pelo anúncio do encerramento da empresa Têxtil D. Ferreira, com sede em Arcozelo, e solicitando providências para que não se verifique tal encerramento.

Do Conselho da Comunicação Social, remetendo o comunicado n.º 13/87, subordinado ao título «O Programa do Governo e o sector público de comunicação social».

Do SIARTE — Sindicato das Artes e Espectáculos, com sede em Lisboa, remetendo o texto da resolução apresentada pela delegação portuguesa na reunião consultiva do Comité Europeu dos Sindicatos das Artes dos Espectáculos, da Imprensa e do Áudio-Visual, que se efectuou em Bruxelas, que foi adoptado pela assembleia geral.

### Telegramas

Do conselho directivo da Comunidade de Refugiados de Timor e da União Democrática Timorense, protestando por notícia publicada no jornal *O Tempo* e manifestando a intenção de continuarem a pugnar por um solução digna e honrosa para Timor.

### Telex

Da direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção, Madeira, Mármore e Pedreiras, sediado no distrito do Porto, dando conta da situação laboral na empresa TABOPAN no que diz respeito a salários e subsídios em atraso.

Srs. Deputados, para o período de antes da ordem do dia estão inscritos os Srs. Deputados Eduardo Pereira, Carlos Brito, Jorge Lacão, João Amaral e Maria Santos.

O Sr. Deputado Jorge Sampaio pede a palavra para que efeito?

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, é para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Relativamente à questão de Timor Leste — como penso que os grupos parlamentares sabem — o Secretário-Geral das Nações Unidas emitiu o seu relatório sobre o ponto em causa, penso que com data de 8 de Setembro de 1987. Nesse relatório afirma-se, a dado passo (salvo erro o ponto 26.º), que os dois governos têm estado em conversações sobre a matéria e estariam a considerar a possibilidade da visita de uma delegação parlamentar portuguesa ao território de Timor Leste com vista a obter a informação em primeira mão.

Gostaríamos de saber se, na sua qualidade de Presidente da Assembleia da República, há ou não alguma informação concreta de que esta Assembleia, por este modo ou por outro qualquer, devesse ter conhecimento atempado.

O Sr. Presidente: — Relativamente à pergunta que me faz, informo o Sr. Deputado de que não tenho nenhum conhecimento oficial.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, no seguimento deste assunto, peço a palavra para solicitar um esclarecimento suplementar.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sendo certo que o Sr. Secretário-Geral das Nações Unidas afirma que, no decurso das conversações entre o Governo Português e o Governo da Indonésia, terá sido abordada a hipótese da deslocação de uma delegação parlamentar e sendo certo também que nesta Assembleia nem os deputados nem o Sr. Presidente têm conhecimento destes factos — o que eu, se me permite, não posso deixar de considerar, no mínimo, «estranho» —, gostaria de saber se V. Ex.ª pensa solicitar ao Governo os esclarecimentos que julgo que se impõem, porque as posi-

ções da Assembleia da República não podem ser recebidas a nível governamental, uma vez que esta não é propriamente um departamento do Executivo.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, julgo ter escolhido a expressão «não ter tido conhecimento do relatório» onde estaria a sugestão para essa missão. Devo esclarecer o Sr. Deputado que, como membro da Comissão de Timor Leste, tive uma reunião com o Sr. Secretário-Geral das Nações Unidas e com colegas de outros partidos, alguns dos quais, neste momento, não estão presentes, mas que, se a memória não me falha, eram os deputados Raul Brito, Anacoreta Correia e Custódio Gingão. Nessa altura, efectivamente, na troca de impressões que tivemos com o Sr. Secretário-Geral, foi abordada a eventualidade, mas de uma forma distante, de uma visita ao território de Timor Leste, isto é, estaria na mente do Sr. Secretário-Geral uma possibilidade dessa natureza. Contudo, como não tive nenhuma sequência dessa informação, há pouco escolhi a expressão «não tenho conhecimento oficial».

Como é natural, a Assembleia da República estará inevitavelmente interessada em conhecer o processo, pelo que farei algumas diligências nesse sentido.

Sobre a mesma matéria, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, sobre esta matéria já apresentámos na Mesa uma proposta de deliberação para a Comissão Permanente. Mas em face do esclarecimento que acaba de nos dar, ainda trazendo aqui a memória do que aconteceu na comissão eventual para Timor Leste, creio que aquilo que o Sr. Presidente acaba de dizer é que nesse caso que referiu não há nenhuma sugestão da parte portuguesa. O que há, segundo entendi, é que teria sido feita uma qualquer pergunta por parte do Secretário-Geral das Nações Unidas. Não é assim, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — Não poderei concretizar nem num sentido nem noutro. No decorrer da conversa, não foi aprofundada a origem da sugestão e veio a talhe de foice, efectivamente, essa possibilidade. Se ela foi sugerida pelo Governo da Indonésia, se foi sugerida pelo Governo de Portugal, se foi sugerida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas ou pelos seus grupos de assessores ou de contacto, que presumo que existam, não posso confirmar nem desmentir, Sr. Deputado Carlos Brito.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este Verão trouxe-nos uma nova vaga de fogos, de milhares de fogos.

Vidas em perigo, casas ardidas, milhares de hectares de floresta perdida, prejuízos incalculáveis para a economia nacional.

Os nossos abnegados bombeiros estiveram, uma vez mais, entre os grandes sacrificados.

Os Portugueses voltaram a ouvir falar de fogo posto e de fogos criminosos.

Sem dúvida que em todos os fogos florestais haverá «mão de homem». Não duvidamos que em muitos tenha havido menos cuidado, desleixo e que em alguns tenha havido crime.

A área média de floresta destruída por fogo passou, em menos de vinte anos, de 1 ha para mais de 10 ha. Assim se vai devorando a floresta portuguesa, assim se vai pondo em perigo a existência da maior mancha contínua de pinheiro-bravo da Europa.

O anterior projecto florestal português previa até 1985 uma florestação de 150 000 ha.

A floresta portuguesa vem ardendo desde 1973 à razão de 50 000 ha por ano, com máximos de mais de 80 000 ha em 1975 e 1984.

Em Portugal mais de 400 000 proprietários detêm cerca de 80 % da floresta portuguesa; menos de 20 % é propriedade pública, dos quais cerca de 2 % são propriedade do Estado.

A floresta garante o equilíbrio ecológico, melhora os solos e o clima, fixa dunas e margens dos rios e ribeiros, retém encostas, seca pântanos, defende dos ventos, embeleza a paisagem e cria espaços de lazer.

Não é fácil determinar a causa certa de cada um dos fogos, mas estará, seguramente, entre as que vamos citar:

As características próprias da nossa floresta — falta de ordenamento, povoamentos densos de uma só espécie, explorados para madeiras e resinas, situados em geral em zonas serranas de difícil acesso e sem água, onde predomina a pequena unidade de exploração, estando presente arvoredo de todas as idades, atingindo grande grau de secura durante a estiagem;

Uma utilização desregrada para lazer;

O abate para atingir certos fins — construção, plantação de outras espécies, baixa de preços, exportação e revitalização para pastos;

Negligência com lixeiras e queimadas;

Falta de limpeza, de desbaste, de aceiros, de arifes, de vigilância e de policiamento;

Actos criminosos, por vezes actos de vingança.

A justificação para o aparecimento de tantos fogos nos últimos anos não pode reduzir-se ao fogo posto de origem criminosa nem à subsequente acção da GNR e da PJ.

Não é sobretudo um problema de guarda-florestais, de torres de vigia, de tanques de água, de acessos, de equipamento de bombeiros, porque, sendo tudo isto fundamental para a prevenção e o combate, não é apenas o combate que nos deve preocupar, nem a prevenção pode ser reduzida a estes termos.

A questão de fundo é cultural, no que se refere ao comportamento das pessoas; é de legislação, no que respeita ao ordenamento legal; é técnico e financeiro, no que interessa à falta de meios próprios do pequeno proprietário.

Há que combater a anarquia e o liberalismo que imperam nos circuitos comerciais interno e externo dos produtos florestais. Não pode ser o comprador a escolher as áreas a cortar sem que a Administração do Estado intervenha. Os preços praticados na mata depois de um fogo não podem ser tão reduzidos em relação aos correntes para cortes normais.

A pobreza da composição, da estrutura e da diversidade de boa parte do nosso património florestal, comprometendo a sua riqueza, a sua qualidade e a respectiva estabilidade, a reduzida dimensão dos prédios e das propriedades florestais, em especial no Centro e no Norte do País, a falta de associativismo florestal, a

falta de um código florestal, a inexistência de programas de investigação aplicada às questões florestais, a inadequada organização da administração florestal do Estado, têm de ser atacados pelo Governo como questões vitais para a modificação da actual situação.

A dependência económica dos produtores florestais, quer por falta de crédito acessível, quer pelo efeito devastador dos incêndios, quer ainda pela enorme dificuldade na colocação do lenho, sem parques associativos de armazenagem, tem tido como consequência que muitos deles se têm deixado vencer pela fatalidade do sistema e renunciado à sua floresta.

A floresta e os produtores têm de ser incentivados, protegidos, defendidos e objecto de rigorosas medidas legislativas, técnicas e financeiras, susceptíveis de permitirem uma gestão eficaz do espaço florestal.

Não se pode visualizar a política florestal só por um prisma tecnocrático, ou economicista, ou industrial e de curto e médio prazo.

Para nós, socialistas, não é aceitável a utilização e a manipulação da natureza nestes termos, que são comprometedores de possibilidades futuras de bem-estar e de felicidade geral.

Existem fogos postos. Mas se não se avançar com a legislação adequada, se o Governo continuar a proteger sistemas e beneficiários do presente, que comprometem todo o futuro florestal do País, se, enfim, no que à floresta diz respeito, não tivermos neste país mais Estado e melhor Estado, os produtores têm outros crimes, que não o tarado que risca o fósforo ou o que o incita a quem acusar.

Uma vez mais propomos aos restantes partidos desta Assembleia da República e em especial ao PSD, cuja responsabilidade governativa na produção florestal e no seu comércio tem sido constante nos últimos dez anos, que preparemos em conjunto as medidas que se impõem para modificar rapidamente esta situação.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, queria fazer uma ligeira rectificação. De facto, não foi o Sr. Deputado Custódio Gingão que esteve na reunião com o Sr. Secretário-Geral Perez de Cuellar, mas o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, se a memória me não falha.

Sr. Deputado Soares Costa, pediu a palavra para que feito?

**O Sr. Soares Costa (PSD):** — Para um esclarecimento adicional, em relação à intervenção do Sr. Deputado Eduardo Pereira.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Soares Costa.

**O Sr. Soares Costa (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Eduardo Pereira e queria dizer, em primeiro lugar, que acompanho V. Ex.<sup>a</sup> em muitas das preocupações que anunciou.

E acompanho, naturalmente, porque a minha maneira de pensar e de sentir em relação a esta importante problemática dos fogos florestais é, em grande parte, coincidente com a sua e até não poderia certamente deixar de ser, porque tivemos oportunidade de viver como responsáveis de dois ministérios que tinham intervenção na matéria, de viver em conjunto, direi, a dificuldade, que tantas vezes em frente de nós se colo-

cou, de como actuar, de como conseguir pelas diversas formas que estariam, eventualmente, ao nosso alcance minorar esse importante problema de que são afectadas as nossas matas.

Mas o Sr. Deputado Eduardo Pereira conheceu, tão bem ou talvez melhor do que eu, essas mesmas dificuldades. A tarefa é complexa, a tarefa tem muitas vertentes, as causas dos incêndios são, como disse e bem, múltiplas. Não se trata apenas de crime: trata-se de muitas outras coisas. A questão é, sobretudo, de formação de pessoas, e essa é uma enorme tarefa a realizar, mas tudo isso não se compadece com a urgência de actuar. É difícil resolver rapidamente toda essa situação.

V. Ex.<sup>a</sup> conhece bem o problema, mas o que tenho pena é que na enunciação das medidas eventualmente a utilizar para o combater se tenha ficado talvez por uma lista curta. Sendo assim, perguntaria se é apenas com medidas legislativas e com uma acção de natureza cultural que V. Ex.<sup>a</sup> pensa que o problema dos incêndios florestais pode vir a ser resolvido.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira, se entender responder ao pedido de esclarecimento.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Sr. Presidente, penso que não houve sequer um pedido de esclarecimento, mas apenas o acompanhar do tema ou o acrescentar de alguma coisa.

Na verdade, existem dificuldades e a tarefa é complexa. Também é verdade que estivemos juntos no mesmo governo; também é verdade que nesse governo tínhamos tarefas diferentes. Eu procurava apagar os fogos que outros não conseguiam, talvez com a prevenção suficiente, evitar que se dessem. De modo que este conhecimento do problema é, digamos, tido por cada um de nós com uma certa especialização.

Estou convencido de que, com o decorrer dos últimos anos, cada vez mais, determinados elementos actuates nesta problemática do fogo, como o Serviço Nacional de Bombeiros, os bombeiros portugueses, as forças de segurança, se têm vindo a equipar e a cobrir o País de forma a melhorar bastante ou a diminuir os possíveis resultados ainda mais catastróficos desses incêndios.

Mas o que já na altura não se fez, o que já antes mesmo da nossa chegada ao Governo não se tinha feito — e eu aponto que o problema vem desde 1983 —, o que se continua a não fazer, leva-me a dizer que não podemos esperar mais. É que, na verdade, tem de se actuar na floresta portuguesa com medidas estruturais, com medidas de enquadramento florestal, com legislação vária, com crédito aos agricultores, com todas as medidas de que enumerei algumas e que o Sr. Deputado Soares Costa, conhecedor de muitas mais, devia acrescentar no momento oportuno. Que se faça, pois e rapidamente, uma actuação conjunta para que estes fogos terminem.

Estamos a alimentar uma ilusão, cara talvez a quem tenha de fazer alguma coisa e não o faz, de que são os tarados que largam o fogo, quando o problema é um problema político, é um problema de saber em que medida se podem enquadrar proprietários privados numa administração florestal do Estado.

São várias as vertentes, mas esta é uma das áreas em que não arriscaria, ou não gostaria que o Sr. Deputado arriscasse, a ter ainda menos Estado do que já tem, porque senão dentro de uns anos não temos um pinheiro de pé.

Acho que deve ser muito mais Estado, muito melhor Estado e esta Assembleia da República não pode deixar de actuar rapidamente perante o que se tem vindo a passar desde 1973.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vamos abordar duas questões candentes das relações externas do nosso país: a primeira refere-se à visita a Portugal do Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos; a segunda, a questão de Timor.

Queremos, quanto à primeira, manifestar o mais vivo regozijo do PCP pela breve chegada ao nosso país do mais alto representante do povo irmão de Angola e prevalecer-me deste ensejo para dirigir desde já ao Presidente José Eduardo dos Santos saudações respeitadas e calorosas, votos de boas vindas e de uma estada proveitosa em Portugal.

Entendemos que a oportunidade desta importante visita deve ser cabalmente aproveitada para reforçar os laços profundos que unem o povo português e o povo de Angola e que devem ter uma tradução adequada nas relações entre os dois Estados.

Isto implica, a nosso ver, que do lado português se adopte uma política de inequívoco respeito pelos caminhos, regime e instituições que o povo angolano escolheu e que não possam continuar a servir-se do território nacional e a beneficiar de facilidades no nosso país, como ostensivamente se tem verificado, aqueles que atentam contra o Estado soberano de Angola.

Não há outra via para que a cooperação verdadeira se estabeleça e cresça nas vastas áreas que interessam a ambos os povos, onde avultam a cooperação cultural e a cooperação económica.

Pela nossa parte reafirmamos a solidariedade de sempre dos comunistas portugueses para com a luta do povo angolano e do MPLA — Partido do Trabalho pela defesa da independência e contra a agressão imperialista, pelo progresso e a justiça social.

Quanto a Timor, as notícias de hoje a propósito do discurso do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros nas Nações Unidas chamam vivamente a atenção para a oscilação e a ambiguidade da política governamental nesta matéria tão importante para o martirizado povo de Timor e para a dignidade do nosso país.

O que nos preocupa não é evidentemente a sonora afirmação ontem proferida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre «o respeito do direito do povo de Timor Leste a que lhe seja assegurada a liberdade de definir o seu destino colectivo, na observância do princípio fundamental e inquestionável da autodeterminação». O que nos preocupa é o silêncio do Programa do Governo sobre este princípio e o repetido silêncio do Primeiro-Ministro quando sobre ele foi questionado aqui na Assembleia da República. O que nos preocupa são as surdas negociações com a Indonésia referidas no relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, de que nada foi dado a conhecer ao País ou à Assembleia da

República, mas onde, pelos vistos, esta terá sido abusivamente envolvida ao ser considerada pelo lado português a possibilidade da visita de uma delegação parlamentar ao território anexado pela Indonésia.

É espantoso observar que o Ministro dos Negócios Estrangeiros venha agora «explicar» que o Programa do Governo não refere a autodeterminação porque isso está na disposição constitucional que se refere a Timor, quando durante o debate do Programa do Governo, interrogado precisamente por vários deputados sobre a disposição constitucional, o Primeiro-Ministro fugiu a confirmá-la, refugiando-se na explicação de que «o Governo nada fará nesta matéria que seja contra o entendimento de outros órgãos de soberania».

Que se passa realmente em relação a Timor? Qual é a posição do governo Cavaco Silva em relação ao relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas?

Que significa o acordo português, com base neste relatório, para «prosseguir consultas e contactos úteis»? Quem ousou envolver abusivamente a Assembleia da República no que seria uma visita de cumplicidade e capitulação perante a anexação?

A Assembleia da República tem acompanhado, durante diversas legislaturas, a situação em Timor Leste e tem vindo a pronunciar-se de forma inequívoca pelo «direito à autodeterminação do povo de Timor Leste».

A Assembleia da República não pode agora permitir que queiram marginalizá-la nem pode abandonar uma intervenção onde tem interpretado tão exemplarmente a defesa da dignidade nacional.

Há evidentes e sérios desenvolvimentos da questão de Timor. A Comissão Permanente não pode deixar de acompanhá-los. Por isso mesmo apresentámos na Mesa da Comissão Permanente uma proposta de deliberação para que seja constituída com urgência uma deputação da Comissão Permanente que proceda às diligências, tome as iniciativas e se aviste com todas as instâncias que possam contribuir para a elaboração do relatório que faça o ponto real da situação.

Apelamos a todas as bancadas para que, dada a urgência e o carácter de dignidade nacional que esta questão reveste, se faça consenso para que a proposta de deliberação seja apreciada e votada na reunião de hoje.

A constituição desta deputação da Comissão Permanente não invalida a necessidade, logo que se inicie a sessão legislativa, de uma comissão eventual para Timor Leste, como tem existido em anteriores legislaturas, a cuja criação o PCP desde já afirma o seu apoio.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Montalvão Machado.

**O Sr. Montalvão Machado (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também nós, sociais-democratas, nos congratulamos com a visita a Portugal do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, e auguramos que dessa visita possam resultar francos e bons resultados para os dois países.

Só que não queremos que esses bons resultados possam ser tidos e ditos como vitórias de um MPLA em Angola ou como vitórias do PSD em Portugal. Serão vitórias dos bons resultados do povo angolano, por um lado, e do povo português, por outro lado.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não podemos também deixar de ter a esperança de que nessas conversações que vão ter lugar entre o Presidente angolano e as autoridades portuguesas se não esqueçam do papel primordial que Portugal tem a desenvolver no bom relacionamento com Angola.

Num momento em que — e desde há anos — Angola tem sido como que verdadeiramente assaltada por várias potências, umas por razões de ordem política, outras por razões de ordem estratégica e outras, principalmente, por razões de ordem económica, não podemos fazer esquecer que Portugal está em condições primárias para desempenhar um papel eminente no desenvolvimento que Antola quer e nós desejamos que tenha. A nossa língua comum, os traços que nos ligam a Angola há mais de 400 anos impõem que, efectivamente, Portugal desempenhe esse papel e que nestas conversações não nos deixemos ultrapassar por interesses de potências alheias e saibamos, Angola e Portugal, irmãmente, escolher o futuro único e bom para os dois países.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Montalvão Machado: Estou de acordo com muitas das observações que fez. Creio que a referência que fez a vitória não dizia respeito à minha intervenção, uma vez que não dei esse tom de vitória. Falei apenas de solidariedade que nós entendemos, neste momento, manifestar à luta do povo angolano e ao MPLA — Partido do Trabalho. Foi apenas isto; não fiz outra referência, e parece-nos que são legítimas essas manifestações de solidariedade.

Nós também pensamos, em nome desse entendimento — aliás, está expresso na minha anterior intervenção —, que Portugal está em condições privilegiadas para o diálogo e a cooperação com o povo e com o Estado angolano e que temos perdido muito tempo nesse campo. É, pois, essa a intenção fundamental da minha intervenção; há que não perder mais tempo e há que aproveitar esta importante oportunidade.

É este o sentido geral da minha intervenção, e creio que ao fazê-lo quero aqui fazer prevalecer o interesse de Portugal — fundamentalmente é esse interesse que eu posso assegurar e posso ajudar a defender —, no sentido de que essa cooperação se estabeleça e cresça.

Mas para isso, também, é necessário que do lado português haja determinadas preocupações e determinadas medidas que até agora não têm sido sustentadas com coerência, e é isso que tem, em muitos casos, prejudicado a dita cooperação de ano para ano. É essa a prevenção que aqui quis deixar.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

**O Sr. Jorge Lacão (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje, desejo trazer ao conhecimento de VV. Ex.<sup>as</sup> duas ocorrências que, apesar de se circunscreverem, pela sua natureza, ao distrito de Santarém e ao Ribatejo, me parecem, todavia, que pela sua dimensão merecem ser tratadas na Assembleia da República.

A primeira delas refere-se ao facto de ter sido hoje, em cerimónia ocorrida na Câmara Municipal de Santarém, a tomada de posse dos corpos directivos da

Associação dos Municípios da Zona da Lezíria Ribatejana. Este facto, que traduz mais uma vez a disponibilidade dos autarcas e a vitalidade do poder local no sentido de procurarem, pela forma associativa que está ao seu dispor, encontrar manifestações de solidariedade, de reciprocidade, de cooperação e de disponibilidade para a preparação dos grandes trabalhos de planeamento regional que o nosso próximo futuro tanto exige e de que as nossas regiões tanto carecem.

Por isso mesmo, parece-me que é de assinalar que se sublinhe a circunstância da tomada de posse desses corpos directivos, onde avulta uma participação pluralista das forças políticas ribatejanas representadas ao nível do poder local e que permitiram a congregação de concelhos como os de Santarém, Benavente, Chamusca, Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Vila Franca de Xira.

Penso ainda que é interessante chamar a atenção dos senhores deputados para a circunstância de as associações de municípios que se vão constituindo pelo País ao nível regional e sub-regional virem a ter uma tarefa que suponho ser importantíssima no âmbito desse mesmo planeamento regional.

Por esta circunstância, quero manifestar desapontamento pelo facto de o Governo — convidado através dos seus próprios membros ou de instâncias tão relevantes como a Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo — não ter comparecido nem dado justificação para a sua ausência nesta cerimónia de tão grande significado regional.

Queremos admitir que esta circunstância, só por si, não será determinante de um princípio de mau relacionamento entre a Associação de Municípios da Zona da Lezíria e o Governo; pelo contrário, queremos aqui fazer votos para que o futuro permita uma cooperação frutífera para o desenvolvimento dessa região.

O segundo aspecto, que aqui trago hoje e para o qual peço a atenção dos senhores deputados, refere-se à ocorrência infeliz da última terça-feira e que resultou do temporal que se abateu também sobre alguns concelhos da área ribatejana, designadamente no de Salvaterra de Magos, da Azambuja e de outros, como Benavente e Almeirim, e nas zonas limítrofes destes concelhos.

Esse temporal, pelas suas consequências drásticas, afectou profunda e gravemente não só as infra-estruturas municipais instaladas nestes concelhos, nalguns casos com gravíssimos prejuízos para sistemas de água, esgotos e caminhos públicos, como também a vida económica dessas regiões, porque destruiu praticamente por inteiro as culturas, sobretudo no domínio da vinha, da plantação do arroz e mesmo do milho. Tudo isso significa o ter-se instaurado nesta zona uma situação de calamidade de consequências graves no domínio das infra-estruturas autárquicas, tal como vos referi, e também pelas suas consequências económicas.

Fazemos, a partir desta intervenção, e nisso nos solidarizando com a posição já assumida pelos autarcas desses concelhos, um vivo apelo ao Governo para que encare esta situação de calamidade e possa produzir medidas de ataque e compensação quer dos graves prejuízos para a agricultura dessa região quer dos problemas autárquicos que daí também resultaram com este temporal.

Esperamos que o Governo tenha, de facto, uma resposta positiva para este problema porque as infra-estruturas no domínio da agricultura, como sejam os

caminhos e as electrificações rurais, foram profunda e nalguns casos totalmente destruídas. É, portanto, necessário arregaçar as mangas a fim de recuperar terrenos e infra-estruturas, já aí preparados para a modernização da nossa agricultura, numa zona onde as potencialidades agrícolas, como todos sabemos, são das mais auspiciosas para o País.

Com o conhecimento destes dois factos junto dos Srs. Deputados queremos, através da ressonância que a Assembleia da República permite, chamar a atenção do Governo e, assim, desejar uma melhor cooperação entre o poder local, as instituições e associações sociais e económicas do Ribatejo e o Governo, a fim de que resulte um melhor benefício para as populações do Ribatejo.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

**O Sr. João Amaral (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria dar notícia de algumas iniciativas que tomámos hoje na reunião da Comissão Permanente e também chamar a atenção para alguns factos relevantes da vida política nacional.

Em primeiro lugar, queria referir que entregámos hoje um requerimento relativo à situação do sistema prisional. Cito o facto de, desde Dezembro de 1986, terem já ocorrido dezasseis mortos dentro das penitenciárias e prisões portuguesas. A questão do sistema prisional e a sua situação merecem ser encaradas com uma profundidade e uma seriedade que, deve dizer-se, não tem ocorrido até ao momento.

Têm-se sucedido esforços da Assembleia no sentido de intervir por forma a possibilitar a resolução dos graves problemas criados. No entanto, não tem havido resposta política suficiente e a situação atingiu um dramatismo tal que ignorá-la seria extremamente grave.

Em segundo lugar, queria referir a situação de algumas empresas públicas que têm sido objecto de comentários recentes na imprensa.

Concretamente, duas situações merecem um comentário que, de alguma forma, reflecta a posição que deve ser tomada perante notícias recentes. Aquilo que se passa com o anúncio dos despedimentos na Siderurgia e com o anúncio da reestruturação da QUIMIGAL — reestruturação que foi comentada pelas organizações representativas dos trabalhadores como uma forma de possibilitar e facilitar o desmantelamento da empresa — não pode passar, nesta Comissão Permanente nem na Assembleia da República, sem um reparo claro que diga ao Governo que ele não pode actuar, como está a fazer, fora do quadro de relacionamento com a Assembleia da República sem dar qualquer espécie de explicações.

Em terceiro lugar e com particular atenção, quero colocar questões que têm a ver com um problema que tem sido tratado na imprensa sob a forma e sob o título geral de «A transparência», que é exigível a qualquer governo de regime democrático.

«A transparência» é uma questão central na actividade democrática... Mal vão as coisas se, no caminho que se está a percorrer, alguém respondesse positivamente aos apelos do Sr. Primeiro-Ministro, que, como noticiou recentemente a imprensa e não foi desmentida, disse faça-se mais festa e menos política,

e com isso se pudesse entender, como entendeu um comentador, que o Sr. Primeiro-Ministro apelava à imprensa para que se falasse pouco de política.

Deve dizer-se que nem toda a imprensa correspondeu aos apelos do Sr. Primeiro-Ministro, e alguns dos factos que recentemente vieram a lume merecem uma clara explicação sobre o seu conteúdo. Refiro dois. Um, que eu tenha visto, veio num único jornal e tem a ver com a venda de três graneleiros pela SETENAVE a um armador americano, venda que teria sido feita com prejuízos nacionais, nomeadamente no que toca à capacidade de poupança do País, de poupança de divisas no fretamento de navios e à própria possibilidade de desenvolver a marinha mercante nacional. Era necessário que fosse claramente explicado ao País o que é que se passou com este caso.

Mas muito mais noticiado foi o caso da adjudicação da concessão da exploração do terminal de carvão de Sines, que — não vale a pena estar aqui a escondê-lo — foi objecto de comentários na imprensa e que, pela gravidade do seu teor e conteúdo, não podem ficar à margem de uma informação completa a esta Assembleia da República.

Por essa razão apresentámos hoje na Mesa e ao Sr. Presidente um requerimento dirigido ao Sr. Primeiro-Ministro que é um desafio claro a que seja explicado todo o processo — isto é, o envolvimento de todos os membros deste e do anterior governo citados nessas notícias e as razões da não adjudicação —, por forma que não fiquem dúvidas como aquelas que hoje existem legitimamente na imprensa. A este propósito, gostava de recordar algumas das expressões que têm aparecido na imprensa, como, por exemplo, «múltiplas ilegalidades de todo o processo», «todo o processo está corrompido desde o princípio», «falta de limpidez e de transparência», e que reclamam uma informação completa a este órgão de soberania, a Assembleia da República.

É isso que hoje reclamamos nesse requerimento. É um desafio concreto que fazemos para que seja fornecida informação completa, não adulterada, informação que permita uma avaliação global e particular da situação e que permita a esta Assembleia tomar as medidas adequadas.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, informo que faltam apenas cinco minutos para terminar o período de antes da ordem do dia.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos.

**A Sr.<sup>a</sup> Maria Santos (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A passagem no próximo dia 1 de Outubro de mais um Dia Mundial da Água, sendo motivo de preocupação pela situação vivida em Portugal no que se refere aos recursos hídricos, poderá ser também uma etapa importante na sensibilização contínua que deverá ser feita em torno da sua defesa e aproveitamento racional.

A água, como todos os Srs. Deputados sabem, é um recurso natural que possui um conjunto de propriedades físicas e químicas que a torna essencial à vida vegetal e animal, sendo também indispensável para que o ser humano possa desenvolver as suas actividades produtivas. Desde cedo que o desenvolvimento sócio-



-económico e a qualidade de vida das populações estão directamente relacionados com a quantidade e qualidade da água disponível e com a nossa capacidade para a saber aproveitar.

Este recurso finito é constantemente renovado através do ciclo hidrológico, embora de maneira não uniforme ao longo do território e ao longo do ano. Por outro lado, é cada vez maior o número de cursos de água com níveis de poluição acentuada: é o caso do rio Ave, com problemas de poluição bacteriana, orgânica e mineral em praticamente toda a sua bacia, tendo inclusive troços em que a água está imprópria para qualquer uso.

É o caso do rio Leça, com problemas de poluição bacteriológica com grandes valores — e escusar-me-ia de referir as questões eminentemente técnicas — devida às descargas de esgotos domésticos e de efluentes não tratados de várias indústrias, nomeadamente têxteis, curtumes, metalurgia, indústrias químicas, etc.

É o caso da ria de Aveiro, em que, além de problemas de assoreamento e eutrofização, tem problemas de contaminação microbiológica, de contaminação introduzida pela actividade portuária, de contaminação provocada pela fábrica de papel de Cacia, de contaminação grave provocada pelas fábricas de produtos químicos do parque industrial de Estarreja, que lançam nos meios receptores substâncias tóxicas extremamente graves para a manutenção do equilíbrio ecológico desta ria.

Por outro lado, não podemos deixar de lembrar o rio Arunca, afluente extremamente importante do Mondego, que se encontra bastante poluído devido às descargas dos efluentes das indústrias da zona e de várias pocilgas.

E o rio Lis, que periodicamente é notícia nos jornais pelo aparecimento de peixes mortos a boiar nas suas águas.

São infelizmente, Srs. Deputados, muitos os casos de rios portugueses que nos alimentaram a vida, a nós e a todo o meio natural, que hoje estão completamente degradados. Lembremos o Alviela e o Almonda, o rio Trancão, o rio Grande, as ribeiras da Costa do Estoril, do Jamor, da Laje, de Barcarena, do rio Nabão, etc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O aumento demográfico, a concentração urbana, o crescimento económico e o aumento do nível de vida das populações (com o respectivo aumento das capitações) são factores que influem na necessidade de se ter um volume de água disponível cada vez maior.

Por outro lado, alguns desses factores têm contribuído para a degradação da qualidade dos cursos de água, degradação que é mais acentuada no Verão, altura em que, por outro lado, as disponibilidades de água são menores e as necessidades maiores.

Assim, e no que respeita a Portugal, importa urgentemente definir uma correcta política de gestão da água, o que exige, para além de um adequado enquadramento legal, a institucionalização de órgãos especializados que assegurem uma gestão global, racional, participada e unificada aos níveis nacional, regional e local, no quadro das bacias hidrográficas e tendo em conta a unidade do ciclo da água.

Instrumento essencial para a definição desta política é a elaboração de um plano nacional da água e a

sua indispensável articulação como planeamento económico-social e correcto ordenamento do território português.

A sensibilização e participação das populações é também factor indispensável para que se possa definir e pôr em prática uma correcta política de gestão de recursos hídricos. Mas para que isso aconteça não podemos continuar a ter quase metade da população portuguesa sem abastecimento de água ao domicílio, já que 48% da população portuguesa tem ainda sistemas de abastecimento a funcionar deficientemente e a qualidade da água nem sempre é a melhor na grande parte dos sistemas, não existindo em muitos deles estações de tratamento de água.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para que uma política de gestão dos recursos hídricos tenha êxito, na nossa perspectiva, é indispensável, por um lado, que no mais curto espaço de tempo se consiga dotar com rede de abastecimento de água e com rede de esgotos toda a população portuguesa e que a utilização dos cursos de água como meio receptor seja feita de forma a não pôr em perigo a qualidade das suas águas. Isso passa, a nível industrial, pela alteração de processos de fabrico, utilização de «tecnologias limpas» e, caso não sejam suficientes estas alterações ou estas propostas, a instalação de estações de tratamento. Passa também pela construção de ETARs ao nível dos tratamentos terciários para os efluentes domésticos, sendo necessário também, quanto a nós, como medida prioritária, o conhecimento e controle da qualidade dos caudais na fronteira dos cerca de 50% das nossas águas que têm origem em Espanha.

O Sr. Presidente: — Agradecia que concluisse, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Oradora: — Vou já concluir, Sr. Presidente.

É um mundo de coisas que está para fazer! É um mundo de coisas para a resolução das quais é indispensável a mobilização e a criatividade quer dos especialistas quer das populações, para a solução das quais é necessária uma franca cooperação, lealdade e um ambiente que não seja de luta constante pela sobrevivência, que caracteriza as sociedades consumistas.

O Partido Ecologista Os Verdes assumirá também nesta área as suas responsabilidades, nomeadamente ao nível da sua actividade parlamentar e nesta V Legislatura, com a entrega de iniciativas legislativas que concorram para a defesa e preservação deste recurso essencial à manutenção da vida de todos nós.

O Sr. Presidente: — Os Srs. Deputados Correia Afonso e Mendes Bota pediram a palavra para que efeito?

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Para uma intervenção, Sr. Presidente.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Para formular pedidos de esclarecimentos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mendes Bota.



O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — O discurso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos, do Partido Ecologista Os Verdes, fez merece, obviamente, nas suas linhas gerais, a nossa concordância. De resto, nas suas partes principais, quando refere uma gestão integrada dos recursos aquícolas, nomeadamente quando sugere que as águas sejam postas à disposição das populações, devo dizer-lhe que também o Programa do Governo preconiza grande parte das medidas que a Sr.<sup>a</sup> Deputada aqui veio defender, nomeadamente através da criação de uma lei da água, que possa institucionalizar, rentabilizar e melhorar toda a gestão integrada da água.

No entanto, houve uma afirmação da Sr.<sup>a</sup> Deputada que me deixou, de certa forma, perplexo. Para além das boas intenções, de toda a beldade, digamos assim, do discurso ecologista (que está muito na moda e que cai sempre bem nas pessoas), gostava de lhe perguntar, quando afirmou que era urgente, a curto prazo, dotar toda a população portuguesa com redes domiciliárias de águas e esgotos, se tem consciência da dispersão urbanística que existe no nosso país e dos custos que implica a construção de todas estas redes de águas e esgotos.

Por outro lado, gostaria também de saber a que espaço de tempo a Sr.<sup>a</sup> Deputada se refere. Será dois anos? Cinco anos? Dez anos? Gostaria, finalmente, de saber se tem uma ideia do montante global que tudo isso implica e quem é que o poderá suportar. Serão as autarquias? Será o Estado, através do Orçamento do Estado?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Santos** (Os Verdes): — Sr. Deputado, penso que o que é importante é meditar sobre a essência e a raiz do problema, ou seja, a água é ou não um dos elementos fundamentais para a vida? Se a água é um elemento fundamental, então toda a população portuguesa tem direito, de facto, a tê-la, sejam quais forem os custos. Tem de ser a sociedade, no seu conjunto, e os governos a encontrarem políticas adequadas que levem a água necessária a todos os pontos do nosso território.

Sabemos que os custos são muitos, porventura, serão os necessários para conseguir resolver este problema, que quanto a nós é um problema essencial.

Se calhar, o que está errado é que as prioridades ao nível da política global não assentem em questões que são consideradas, quanto a nós e quanto a todos os partidos, essenciais. Esta é uma questão que consideramos essencial!

Não percebi muito bem aquela afirmação acerca do meu discurso «estar ou não estar na moda», mas penso que isso é algo que podemos ultrapassar. A verdade é que o discurso que tentámos introduzir aqui assenta em informações e dados que vêm publicados no relatório «Ambiente 87», entregue na anterior legislatura pela Secretaria de Estado do Ambiente.

São questões muito concretas que têm a ver com prioridades que consideramos essenciais como ecologistas e também como portugueses.

A partir do conhecimento que temos de situações, nomeadamente em povoações do interior do nosso país, em que pessoas se confrontam com insuficiências de

resolução dos seus problemas primários, consideramos que sejam quais forem os custos, esta é uma das políticas prioritárias a implementar.

A lei da água está na gaveta há já muitos governos. Pensamos que é preciso que ela venha cá para fora e seja aplicada. Trouxemos hoje aqui esta questão porque estamos próximos do Dia Mundial da Água, e não por «estar na moda», mas por ser uma questão fundamental.

O Sr. **Presidente**: — Inscreveram-se para usar da palavra os Srs. Deputados Narana Coissoró e Correia Afonso. O período de antes da ordem do dia está terminado. No entanto, gostaria de saber qual a posição dos diferentes grupos parlamentares quanto ao eventual prolongamento deste período.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Sr. Presidente, pela nossa parte não vemos qualquer inconveniente, pois são só duas intervenções.

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Como não há oposição a que se prolongue o período de antes da ordem do dia, concedo a palavra ao Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Entrou na sua fase final e decisiva a candidatura do Dr. Vítor Sá Machado para o alto cargo de director-geral da Unesco.

Em primeiro lugar, gostaríamos de louvar, de aplaudir e de apoiar as palavras que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros proferiu, dando o seu inteiro aplauso, no fórum das Nações Unidas, a esta candidatura.

Em segundo lugar, gostaria de lembrar que bastaria ler a lista das personalidades que fazem parte da comissão nacional de apoio a essa candidatura para saber, ou para adivinhar, da sua importância para o País.

Encimada pela figura do Presidente da República, seguida do Presidente da Assembleia da República, do Sr. Primeiro-Ministro, de todos os líderes partidários, de todas as personalidades de vários sectores da vida política, cultural, económica e social, a candidatura de Vítor Sá Machado é uma exigência da própria cultura portuguesa e do próprio País para que ele assuma a direcção da UNESCO.

Personalidade eficaz e rigorosa, como lhe chamou o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, só com ele há possibilidade de as grandes potências, como os Estados Unidos da América e a Inglaterra, regressarem à UNESCO. Só com ele é possível levar a cabo uma obra de cultura dirigida por um país como o nosso, que não tem outras ambições se não bem servir uma instituição que precisa de ganhar prestígio, dinamismo e campo dentro do concerto internacional.

O Dr. Vítor Sá Machado, antigo vice-presidente da Assembleia da República, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, um autêntico embaixador da solidariedade social portuguesa junto de inúmeros países, principalmente africanos, bem merece êxito na sua candidatura para o alto cargo que acabo de referir.

Depois do apoio institucional do Sr. Presidente da República e do Governo, gostaria que também a Assembleia da República, como órgão de soberania

e porque é a ocasião mais azada para a fazer, fizesse saber o seu apoio à candidatura nacional do Dr. Vítor Sá Machado para o lugar de director-geral da UNESCO.

**Voices: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Correia Afonso.

**O Sr. Correia Afonso (PSD): —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de começar por agradecer o consenso da Câmara que me permite usar da palavra neste momento e prometia, desde já, como forma de reconhecimento, apenas usar uns escassos minutos.

Não podia deixar passar este momento sem declarar aqui a solidariedade do PSD para com o povo de Timor, solidariedade essa que resulta de uma questão que foi complexa. Neste momento, gostaria apenas de evidenciar dois pontos: os direitos humanos e a liberdade do povo maubere, que, neste momento, estão em causa, e também o aspecto do património cultural português, que é uma contribuição universal que o nosso povo deu ao Mundo.

Estamos, pois, de acordo em que seja constituída uma comissão eventual. Cremos que compete ao Governo a responsabilidade de definir e acompanhar a política externa e cabe à Assembleia da República fiscalizar e acompanhar a actividade do Governo. É, portanto, neste complexo de competências que se deve enxertar esta comissão, que, no nosso entender, deverá ter apenas a competência ou o objecto de acompanhar a evolução ou o desenvolvimento da questão de Timor. Foi nesse sentido que apresentámos na Mesa uma proposta.

Devo acrescentar que no PSD entendemos que as grandes questões — e esta é uma grande questão para nós — não devem ser decididas a correr, com precipitações, com acelerações. Pensamos que se deve facultar à decisão destes grandes problemas o quadro institucional mais digno que eles merecem.

Não estamos, portanto, de acordo em decidir a correr, hoje, apenas na Comissão Permanente, a questão da comissão eventual, mas entendemos que ela merece o quadro mais digno e alargado do Plenário da Assembleia da República.

**O Sr. Carlos Brito (PCP): —** Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente: —** Para que efeito, Dr. Deputado?

**O Sr. Carlos Brito (PCP): —** Gostaria de formular pedidos de esclarecimentos, embora tenha conhecimento de que já ultrapassámos o período de antes da ordem da dia...

**O Sr. Presidente: —** Sr. Deputado, sem criarmos precedentes, a Mesa concorda que prolonguemos por mais uns breves instantes o período de antes da ordem do dia, pelo que concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP): —** Sr. Deputado Correia Afonso, ouvi com atenção a posição do PSD a respeito da questão da constituição de uma comissão eventual para Timor Leste.

Estamos de acordo com a constituição de tal comissão, mas pensamos que ela só deverá ser criada a partir do início da próxima sessão legislativa, ou seja, a partir de 15 de Outubro.

No entanto, produziram-se no período de dissolução da Assembleia da República desenvolvimentos sérios, importantes — e não sei até que ponto graves — sobre esta questão. Certamente, esta é uma noção que todos temos, os que leram e os que não leram o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Em face disso, apresentámos hoje a nossa proposta, e na sua economia era importante que pudessemos deliberar no sentido de se poder constituir não uma comissão eventual mas sim uma deputação desta Comissão Permanente, com um número reduzido de deputados, naturalmente um deputado por partido ou, se quiséssemos respeitar a proporcionalidade das representações parlamentares, uns quantos deputados pelo PSD, uns quantos pelo PS, menos pelos partidos que têm menor representação parlamentar. Mas seria uma deputação que poderia desde já realizar algumas das diligências tendo em vista esse acompanhamento, que a Assembleia da República sempre fez, creio que com muita dignidade e responsabilidade, da questão de Timor e que neste momento, porque estamos ainda a vinte dias da abertura da sessão legislativa, não estamos em condições de o fazer.

A nossa proposta não era para criar agora a comissão eventual, pois parece-me deslocado, mas constituir uma deputação desta comissão que pudesse desde já contactar as instâncias adequadas — o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Sr. Primeiro-Ministro —, com vista a termos uma melhor informação do que temos tido, do que se está a passar em concreto quanto à questão de Timor Leste, pois as notícias que vêm a público são desencontradas e, quanto a nós, a própria posição do Governo nesta matéria é de oscilação, como já referi na minha intervenção.

O Sr. Deputado tem certamente neste ponto particular uma opinião diferente da minha, mas creio que, embora haja algumas divergências, podemos ter uma posição comum em relação à necessidade de estarmos informados da melhor maneira.

**O Sr. Presidente: —** Sr. Deputado Correia Afonso, encontra-se na Mesa um outro pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Lopes Cardoso. Deseja responder já ou no fim?

**O Sr. Correia Afonso (PSD): —** No fim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

**O Sr. Lopes Cardoso (PS): —** Sr. Presidente, não é exactamente um pedido de esclarecimento. Gostaria de anunciar a posição do meu partido em relação à proposta feita pelo PCP e, deste modo, não usarei da palavra neste momento.

**O Sr. Presidente: —** Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Correia Afonso.

**O Sr. Correia Afonso (PSD): —** Sr. Deputado Carlos Brito, agradeço-lhe o pedido de esclarecimento, pois dá-me a oportunidade de esclarecer melhor o que disse na intervenção.

Entendemos que não é a nós que cabe a competência de tomar medidas, se algumas houver a tomar, mas ao Governo.

Portanto, neste momento não nos parece oportuno o acompanhamento, porque é uma decisão precipitada. Estão asseguradas as condições para que todas as medidas possíveis sejam tomadas, mas não é a nós que cabe tomar.

Quando muito estaria de acordo com o Sr. Deputado Carlos Brito no sentido de o Sr. Presidente da Assembleia da República, por nossa delegação, saber junto do Governo que é que está a passar-se, isto até ao próximo dia 15 de Outubro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, dentro do princípio de um breve alargamento do período de antes da ordem do dia, dou a palavra ao Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, o Partido Socialista entende que há todas as razões que justificam a criação ou a recondução, se assim me posso exprimir, da comissão eventual para acompanhamento da questão de Timor Leste, que tem funcionado no quadro da Assembleia.

Entendemos também que a designação dessa comissão eventual deverá ser remetida para o Plenário, sem prejuízo, no entanto, de deixarmos registado o nosso ponto de vista.

Nesse sentido, gostaria de dar conhecimento aos senhores deputados aqui presentes de que o Partido Socialista já entregou ao Sr. Presidente da Assembleia, a fim de ser apreciada em Plenário, uma proposta de constituição de uma comissão eventual para acompanhamento da questão de Timor Leste.

No entanto, julgamos que a Assembleia da República, através da Comissão Permanente, se não deve alhear, neste período, de todos os acontecimentos que estão a desenrolar-se em torno desta questão, e tudo aponta que são acontecimentos que vêm precipitar-se e a desenrolar-se com uma extrema rapidez. Acontecimentos esses em relação aos quais até indirectamente, como já tivemos ocasião de verificar, aparece envolvida a Assembleia da República, de certo modo à sua própria revelia, na medida em que os jornais portugueses, o Secretário-Geral das Nações Unidas e a imprensa internacional fazem eco de uma eventual presença de deputados portugueses em Timor Leste, sem que os deputados portugueses tenham sido ouvidos ou achados sobre esta questão.

Daí pensarmos que o acompanhamento se justifica desde já, e parece-nos que a solução sugerida pelo Partido Comunista no sentido de se constituir um certo número de deputados da Comissão Permanente para mais de perto acompanharem a questão, recolherem as informações necessárias, transmitirem-nas à Comissão Permanente e, posteriormente, ao próprio Plenário tem a sua razão de ser.

Por isso, o Partido Socialista não se oporia à proposta avançada pelo Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Correia Afonso, informo que entraram na Mesa três propostas de constituição de uma comissão eventual para acompanhamento da questão de Timor Leste, tendo uma sido subscrita pelo Par-

tido Socialista, outra pelo Partido Social-Democrata e outra pelo Partido Comunista. Aliás, o contexto das mesmas foi já anunciado pelos próprios.

Penso que o Sr. Deputado Correia Afonso quer usar da palavra ainda sobre a matéria em discussão. Sem embargo de termos aqui a pouco de terminar o período de antes da ordem do dia — agora já alargado —, tem a palavra o Sr. Deputado Correia Afonso.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — O Sr. Deputado Lopes Cardoso disse há pouco uma coisa que gostaria de esclarecer. Disse que a imprensa internacional referia a deslocação de deputados portugueses a Timor Leste. Ora, isto poderia parecer que nós, hoje, na Comissão Permanente, por arrastamento, iríamos decidir a constituição de uma deputação para corresponder à notícia que vinha nos jornais internacionais.

Creio que não foi essa a ideia do Sr. Deputado, mas julgo que é preciso esclarecer isso. Isto porque, de repente, no ar ela pode ter ficado a consolidar-se.

Voltando ainda ao aspecto da deputação, devo dizer que o Partido Social-Democrata não está contra a criação de uma deputação ou de uma comissão eventual, mas sim contra a oportunidade. Isto é, está contra a ideia de se tomar essa decisão neste momento porque não parece que seja oportuno, tomar uma decisão dessas perante a Comissão Permanente.

Era só isso o que eu queria dizer, mas gostaria que o Sr. Deputado Lopes Cardoso me esclarecesse sobre a pergunta que formulei.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardosos (PS): — Sr. Deputado Correia Afonso, que essa era a posição do PSD já eu tinha percebido. O Sr. Deputado tinha sido suficientemente claro para qualquer pessoa perceber que o PSD não estava de acordo com a constituição de uma deputação sugerida pelo Partido Comunista.

Agradeço-lhe o esclarecimento que me deu, mas para mim — devo dizer-lhe — era desnecessária!...

Quanto ao facto de alguém poder ter ou não entendido o nosso apoio à proposta sugerida pelo Partido Comunista, assim como à constituição de uma delegação que se deslocasse a Timor Leste, não vejo como é que alguém possa ter entendido uma coisa destas.

Em relação à comunicação social, prezo suficientemente a capacidade de inteligência dos senhores jornalistas para saber que eles nunca teriam conseguido entender uma coisa dessas naquilo que eu disse.

Uma voz do PSD: — Nunca se sabe!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Brito, peço-lhe que seja breve para ver se terminamos o período de antes da ordem do dia.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, o meu pedido de palavra pode ser considerado uma interpeção à mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Brito** (PCP): — Sr. Presidente, a minha interpelação vai no sentido de pedir a V. Ex.<sup>a</sup> para ser distribuída aos grupos parlamentares a nossa proposta de deliberação.

Em segundo lugar, gostaria de dizer, no seguimento do que foi afirmado pelo Sr. Deputado **Correia Afonso**, que lamentamos que não seja possível fazer-se consenso para deliberarmos hoje sobre a matéria em discussão, mas a proposta de deliberação foi apresentada à Mesa e, certamente, será incluída na ordem do dia da próxima reunião da Comissão Permanente.

Lamentamos que não seja possível deliberar hoje, mas aguardamos a posição do PSD para a próxima reunião da Comissão Permanente.

Em terceiro lugar, gostaria de dizer que o Sr. Deputado **Correia Afonso** fez uma sugestão que, quanto a nós, poderia ter desde já seguimento: a de que o Sr. Presidente da Assembleia da República e, por inerência, presidente da Comissão Permanente, junto do Governo, fizesse algumas diligências para aclarar um conjunto de questões que foi objecto de interrogações aqui produzidas por deputados de diferentes bancadas.

Isso já seria andarmos alguma coisa para diante e, quanto a nós, isso não prejudica a nossa proposta de constituição de uma deputação, que será deliberada na próxima reunião da Comissão Permanente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado **Narana Coissoró**.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente, é só para informar V. Ex.<sup>a</sup> de que, na sequência da minha intervenção, redigi um pequeno texto de resolução que farei chegar à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado **Carlos Brito**, a Mesa informa-o de que não foi ainda possível, mas estamos a enveredar esforços para se fazer a distribuição das propostas. Por razões administrativas, que são evidentes em resultado da sala onde estamos, elas ainda não foram distribuídas, mas presumo que será possível fazer a sua distribuição até ao termo da reunião.

Como o Sr. Deputado **Carlos Brito** referiu — e esse é o entendimento da Mesa —, regimentalmente não podemos votar hoje as propostas apresentadas pelos partidos. No entanto, há uma sugestão final feita pelo Sr. Deputado **Carlos Brito**, que aparentemente tem algum acolhimento, pelo que gostaria de saber qual é a posição concreta dos grupos parlamentares sobre a matéria.

O Sr. **Jorge Sampaio** (PS): — Sr. Presidente, estamos inteiramente de acordo com a sugestão feita.

O Sr. **Presidente**: — O Partido Comunista já se pronunciou, pelo que pergunto ao Partido Social-Democrata a sua posição sobre a matéria em discussão.

O Sr. **Correia Afonso** (PSD): — Sr. Presidente, também estamos de acordo com a sugestão feita.

O Sr. **Presidente**: — O PRD não está presente por razões que conhecemos.

Pergunto qual é a posição do CDS.

O Sr. **Narana Coissoró** (CDS): — Sr. Presidente, nada temos a opor.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Santos** (Os Verdes): — O Sr. Presidente também quer saber o parecer de Os Verdes?

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Com certeza.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Santos** (Os Verdes): — Nós concordamos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, há consenso sobre esta matéria, Srs. Deputados.

## ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Passamos então ao período da ordem do dia, pelo que o Sr. Secretário **Reinaldo Gomes** vai proceder à leitura de um relatório e parecer sobre substituição de deputados.

O Sr. **Secretário** (**Reinaldo Gomes**): — O relatório e parecer é do seguinte teor:

### Relatório e parecer da subcomissão da Comissão Permanente

Em reunião da Comissão Permanente realizada no dia 24 de Setembro de 1987, pelas 15 horas, foram observadas as seguintes substituições de deputados:

Solicitadas pelo Partido Social-Democrata:

**Francisco Antunes da Silva** (círculo eleitoral de Castelo Branco) por **José Alberto Silva de Miranda Boavida** [esta substituição é determinada nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), a partir do passado dia 28 de Agosto, inclusive]; **António Joaquim Bastos Marques Mendes** (círculo eleitoral de Braga) por **Fernando Sequeira Roriz** (esta substituição ocorre por o Sr. Deputado **António Marques Mendes** ter tomado posse como deputado no Parlamento Europeu em 15 de Setembro corrente);

**Pedro Miguel de Santana Lopes** (círculo eleitoral de Lisboa) por **Carlos Sacramento Esmeraldo** (esta substituição ocorre por o Sr. Deputado **Pedro Santana Lopes** ter tomado posse como deputado no Parlamento Europeu em 15 de Setembro corrente);

**Carlos Alberto Martins Pimenta** (círculo eleitoral de Setúbal) por **Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança** (esta substituição ocorre por o Sr. Deputado **Carlos Alberto Pimenta** ter tomado posse como deputado no Parlamento Europeu em 15 de Setembro corrente).

Solicitadas pelo Partido Socialista:

Laurentino José Monteiro Castro Dias (círculo eleitoral de Braga) por António Fernandes da Silva Braga [esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período não inferior a quinze dias, a partir de 21 de Setembro corrente, inclusive];

Jorge Alberto Santos Correia (círculo eleitoral da Guarda) por Carlos Manuel Luís [esta substituição é determinada nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), a partir do dia 13 de Setembro corrente, inclusive];

Solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

José Luís Nogueira de Brito (círculo eleitoral de Braga) por José Adelino Eufrásio de Campos Maltez [esta substituição é determinada nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), a partir de 31 de Agosto passado até 24 de Setembro corrente, inclusive].

Analisados os documentos pertinentes de que a subcomissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concernentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a subcomissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Subcomissão da Comissão Permanente: *Reinaldo Gomes — Carlos Lage — João Amaral.*

O Sr. Presidente: — Está em discussão. Como não há inscrições, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, informo que deu entrada na Mesa — mas provavelmente não pode ser distribuída hoje — a proposta a que fez referência o Sr. Deputado Narana Coissoró sobre a candidatura à UNESCO do Dr. Vítor Sá Machado. A proposta irá à conferência de líderes para aí ser agendada a fim de ser discutida na próxima reunião.

Posto isto, dou por encerrada a reunião.

*Eram 17 horas.*

**Declaração de voto do Grupo Parlamentar do PSD enviada para publicação e relativa ao debate do Programa do Governo.**

O Programa do XI Governo Constitucional propõe-se mudar, por via reformista, a sociedade portuguesa, no caminho do desenvolvimento e da modernidade, e contém as principais orientações ou medidas a adoptar ou propor nos diversos domínios da actividade governamental.

Consolida os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Reafirma a determinação em respeitar os compromissos internacionais e defender os interesses portugueses onde quer que se situem.

Perspectiva uma melhoria do nível e da qualidade de vida dos Portugueses, sempre condicionada por uma profunda preocupação de solidariedade, justiça social e protecção dos mais desfavorecidos.

O Programa do XI Governo Constitucional constitui ainda o desenvolvimento do programa eleitoral do PSD, que é depositário da confiança e da esperança da maioria do povo português.

Assim, o Programa foi objecto concreto do diálogo que com os eleitores manteve o PSD e tornou-se seu compromisso político.

Por todas estas razões — a que acresce o conteúdo vazio e falho de objectivo transparente das moções de rejeição do PS e do PCP — o PSD votou contra as mesmas.

**Rectificações ao n.º 6, de 29 de Agosto de 1987**

No sumário, a p. 111, l. 27, onde se lê «pelo PS e pelo PSD» deve ler-se «pelo PS e pelo PCP».

Na p. 179, col. 2.ª, l. 36, onde se lê «A Sr.ª Helena Roseta (PS)» deve ler-se «A Sr.ª Helena Roseta (Indep.)».

OS REDACTORES: *Cacilda Nordeste — José Diogo.*

**PREÇO DESTE NÚMERO: 56\$00**

*Depósito legal n.º 8818/85*

---

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.